

## Resolução da Mesa Nacional

10 de setembro de 2022

### **A inflação é um assalto a quem trabalha**

Portugal é um dos países em que os salários mais perderam poder de compra com a inflação, segundo a OCDE. Com salários estagnados e a inflação já próxima dos 10%, quem vive do seu trabalho perde o equivalente a um mês de salário ou pensão no ano.

Mas a inflação não impõe perdas a todos. Depois de aumentarem 40% em 2021, os lucros das empresas cotadas em Bolsa aumentaram 73% na primeira metade de 2022, com destaque para o setor energético, bancário e da distribuição alimentar. António Guterres, secretário-geral da ONU, deixou um apelo claro: "Peço a todos os governos que tributem esses lucros excessivos e usem os fundos para apoiar as pessoas mais vulneráveis nestes tempos difíceis. E peço às pessoas de todos os lugares que enviem uma mensagem clara à indústria de combustíveis fósseis e aos seus financiadores de que essa ganância grotesca está a punir as pessoas mais pobres e vulneráveis, enquanto destrói a nossa única casa comum, o planeta."

Diversos países decidiram avançar com a tributação de lucros excessivos. Já o governo português recusa tanto esta tributação como a atualização de salários e pensões. Esta recusa do PS faz da inflação um instrumento de transferência de rendimentos do trabalho para o capital.

A invasão da Ucrânia pela Federação Russa e o prolongamento da guerra explicam um contexto internacional adverso, mas também fornecem um argumento falacioso para justificar o agravar das desigualdades, o empobrecimento das classes trabalhadoras e a crescente concentração da riqueza.

### **O “pacote” do governo é um truque de ilusionismo**

Mais tarde do que a generalidade dos outros países e depois de meses a garantir que a inflação seria transitória, o governo português apresentou esta semana um conjunto de medidas para responder à inflação. No seu conjunto, o custo das medidas é inferior ao aumento da receita de IVA resultante da inflação. As medidas apresentadas são tardias, curtas e erradas.

O apoio único de 125€ corresponde, num salário de 1000€ mensais, a 0,9% do rendimento anual do trabalhador; o preço do cabaz de bens alimentares essenciais já subiu 12% este ano.

Permitir que as rendas venham a subir 2% (quase cinco vezes mais do que em 2021), enquanto os juros do crédito à habitação também sobem, não é resolver um problema. É assistir de braços cruzados a uma catástrofe anunciada.

A anunciada descida do IVA da eletricidade é apenas para uma parte da fatura e representa pouco mais do que 1€ por mês. No gás, o IVA é mantido na taxa máxima.

Garantir apenas que os passes dos transportes não aumentam é desistir de qualquer medida relevante para enfrentar a inflação a partir do fomento do uso de transportes públicos, um objetivo que deveria estar presente no quadro de uma política de resposta pelo clima, mesmo se não se verificasse o presente quadro inflacionista.

Mais grave é o anunciado apoio aos pensionistas, que é mais do que um mero adiantamento de parte do aumento previsto para o próximo ano. Esta medida é uma alteração estrutural na atualização de pensões. Menos de três meses depois de António Costa ter garantido publicamente que iria cumprir a fórmula da lei de atualização de pensões, o governo dá o dito por não dito e revê em baixa a trajetória das pensões (que irão assim continuar a perder face à inflação) e prepara-se para pôr fim ao direito dos pensionistas à atualização anual, que passaria a ser decisão do governo a cada ano.

É certo que, para 2023, a lei prevê um aumento das pensões superior ao que tem acontecido. Isso decorre da combinação entre crescimento económico e inflação. Ora, a lei não pode vigorar quando trava aumentos (por fraco crescimento/inflação) e ser suspensa quando aponta à recuperação do poder de compra dos pensionistas.

Nos últimos dias, o governo tem-se desdobrado em declarações que recuperaram fantasmas sobre a sustentabilidade da Segurança Social, repetindo as mentiras da direita. Ora, desde 2016, quando se descongelou a lei de atualização das pensões (contra as definições do programa do PS e por imposição do Bloco inscrita no acordo entre os dois partidos), provamos que a sustentabilidade não se garante empobrecendo os pensionistas, mas sim apostando no emprego, no combate à precariedade, no aumento de salários, beneficiando da contribuição dos imigrantes e também diversificando as fontes de financiamento (como o adicional do IMI - o “imposto Mortágua” continua a garantir mais 150 milhões de euros ao ano para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social). Atualmente, o sistema é sustentável. O Bloco bater-se-á pelo direito dos pensionistas à atualização anual e pela recuperação do poder de compra das pensões.

Os anúncios do governo clarificam as escolhas da maioria absoluta do PS. Ao travar a atualização das pensões e recusar aumentos salariais enquanto se nega a controlar preços e tributar lucros excessivos, o governo protege o privilégio dos grandes interesses económicos que ganham com a inflação e desprotege quem vive do seu trabalho. Simultaneamente, a revisão do objetivo de défice (de 3,2% na primeira versão do OE 2022 para 1,9%), em contracorrente com os restantes países europeus (a previsão de défice na Alemanha é 3,75%), vulnerabiliza ainda mais os serviços públicos fundamentais.

No Serviço Nacional de Saúde, como na Escola Pública, a ausência de investimento e a degradação das carreiras e dos salários estão a limitar a capacidade de atuação destes serviços públicos e a ditar a perda de profissionais essenciais ao seu funcionamento. Os

prolongados vetos de gaveta às decisões de investimento do parlamento e a recusa do governo na valorização dos trabalhadores do SNS e da Escola estão a colocar em causa a qualidade do acesso da população à saúde e à educação. A direita e os grupos económicos privados cavalgam estas dificuldades para defender a captura privada destes serviços. Ao promover a degradação dos serviços públicos, o governo é cúmplice ativo desta estratégia.

### **A resposta da esquerda: controlar preços e atualizar salários**

Sem controlo de preços não é possível travar a inflação e sem atualização de salários não é possível proteger a economia. A estagflação - estagnação económica, empobrecimento e redução da procura em paralelo com alta inflação - é hoje o grande risco em Portugal e na Europa.

Impor tetos nos preços dos bens essenciais é uma urgência. A intervenção deve ser feita sobre a energia e a habitação, mas também sobre os bens alimentares essenciais. Segundo a DECO, o preço do cabaz de bens alimentares essenciais já aumentou este ano mais de 12%. Enquanto isso, a Sonae, dona do Continente, praticamente duplicou os lucros no primeiro semestre e a Jerónimo Martins, dona do Pingo Doce, teve um aumento de 40% nos lucros. Juntas somaram 1100 milhões de euros de lucros no último ano e meio. Se a invasão da Ucrânia agravou o aumento dos preços que já estava em curso, é também verdade que há quem ganhe com a inflação nos bens alimentares. O governo tem, por isso, margem para agir. No período da pandemia, foram impostos tetos nos preços de alguns produtos. Urge agora fazê-lo com os produtos alimentares essenciais.

O controlo dos preços tem de ser acompanhado pela atualização de salários. Nos salários mais baixos é maior o impacto da subida dos bens essenciais. Para combater a pobreza de quem trabalha é necessário um aumento imediato de salários. Os aumentos salariais dependentes do Estado devem ser, no mínimo, ao nível da inflação de 2022. O Salário Mínimo Nacional, para manter uma trajetória de recuperação, terá de ser fixado em 850€ em janeiro de 2023.

A subida do Salário Mínimo Nacional deve ser acompanhada da atualização de todos os contratos do Estado com empresas e IPSS. As pequenas empresas, que concentram boa parte do emprego em Portugal, só têm a ganhar com a reposição do poder de compra da generalidade da população e é no controlo dos preços da energia que reside a intervenção pública de que mais necessitam.

Um programa de apoio aos trabalhadores e à economia não dispensa a chamada "windfall tax", a tributação dos lucros excessivos na energia, banca e grande distribuição. Os lucros excessivos são fruto da especulação e do abuso de poder no mercado. São distribuídos em dividendos que rapidamente se esfumam em *offshores*. A "windfall tax" protege a economia ao desencorajar a especulação, ao usar a receita em medidas de apoio aos setores mais atingidos pela inflação, redistribuindo os lucros excessivos já registados, e ao travar a saída de recursos do país.

A atualização de salários e pensões e a imposição de tetos e margens nos preços da energia, habitação e alimentação serão as prioridades do Bloco de Esquerda na Assembleia da República e ditarão a apreciação da proposta de Orçamento do Estado para 2023 que o governo apresentará em outubro próximo. Para lá da intervenção parlamentar, é essencial um esforço de esclarecimento e de consciencialização sobre a natureza do atual aumento do custo de vida, bem como ação unitária para a expressão da recusa do empobrecimento do povo, tanto no plano político como sindical. Nas próximas semanas, a par das iniciativas do Roteiro Climático, o Bloco de Esquerda desenvolverá em todo o país ações em torno do combate à inflação: Demais é demais.